

A odisséia argentina*

Héctor Ricardo Leis**

*Primero la Patria, después el Movimiento y por último los Hombres.
Dentro del Peronismo, TODO, fuera del Peronismo, NADA.*

Juan Domingo Perón

Artigo

1. Introdução

Na hora de explicar o fracasso histórico da Argentina, a maior parte da literatura recorre a dois modelos explicativos diferentes de caráter estrutural. Um que enfatiza mais a estrutura econômica, e outro, a político-institucional. Obviamente, os autores que se situam em uma ou outra perspectiva apresentam bons argumentos para convencer ao leitor. Não se tem a intenção aqui de discutir as premissas de nenhuma dessas perspectivas. O fato apenas de a Argentina ter sido um dos países mais ricos do mundo e hoje estar lutando para sobreviver como país do “Terceiro Mundo” é uma prova de que seu modelo de desenvolvimento econômico tem muito que explicar sobre sua decadência¹. Do mesmo modo, num país que possui um dos maiores graus de instabilidade política da região, os cientistas políticos têm muito a dizer sobre os problemas das instituições do Estado e do sistema dos partidos políticos, de

* Trabalho preparado inicialmente para o Seminário REGIME POLÍTICO, MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS EUROPA-AMÉRICA LATINA, Mesa: *Globalização, sistemas econômicos, regimes políticos e políticas exteriores no início do século XXI: os casos de Brasil, Argentina, Chile e México*. Brasília, Universidade de Brasília, 3 e 4 de novembro de 2005. O autor fica muito grato a Paulo Roberto de Almeida, Mônica Herz, Didier Musiedlak, Robert Frank, José Augusto Guilhon de Albuquerque e Anibal Perez-Liñan pelos comentários recebidos à primeira versão deste trabalho.

** Professor de Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: hector.leis@brturbo.com.br.

1 A princípios do século XX, chegou a ser a quinta economia do mundo e hoje se encontra na posição 85 da escala mundial.

modo geral². No entanto, sem que os analistas estejam cientes, a capacidade persuasiva desta “bipolaridade” analítica entre fatores econômicos e políticos dificulta a emergência de abordagens estruturais alternativas baseadas na natureza da política argentina³. Um exemplo disto se encontra no ponderado trabalho de Levitsky (2005). Embora o autor perceba que as regras do jogo político argentino são instáveis e, portanto, conclua fazendo um apelo para o fortalecimento das instituições, ele afirma estar convencido que, considerando a profundidade das crises econômicas enfrentadas, a democracia argentina se mostrou notoriamente robusta no período de 1983 até o presente. Da perspectiva do presente ensaio, é difícil concordar com qualquer hipótese de robustez ou fortalecimento da democracia nas últimas duas décadas. Ainda que seja involuntariamente, isto sugeriria que no país existe acúmulo de “energia democrática”, quando o problema da Argentina é, precisamente, que nada é linear. Que o que se acumula num período se gasta no outro até entrar no “vermelho” (e isso vale tanto para a acumulação democrática como para a acumulação econômica). Em outras palavras, se tem algo espantosamente evidente na história argentina dos últimos 60 anos é que ela transcorre dentro de um grande ciclo involutivo. Os pequenos ciclos de acumulação democrática e econômica

2 No período de 1943 até 2003, Terragno (2005, p. 261) contabiliza que houve dez governos escolhidos nas urnas, dos quais apenas três cumpriram o tempo constitucional de seus mandatos. No quadro de Mainwaring e Hagopian (2005, p. 3), sobre a seqüência dos diversos tipos de regime (democrático, semi-democrático e autoritário) havida nos países da América Latina, se percebe também claramente a anomalia argentina. Nesse período, a Argentina aparece com uma seqüência de 11 mudanças de regime, enquanto países vizinhos como Chile e Uruguai aparecem com três, e o Brasil, com quatro. A Argentina só perde na América Latina para o Peru, que aparece com 13 mudanças.

3 Bonvecchi (s/d) apresenta várias linhas de análise das crises argentinas a partir da natureza dos atores, embora nenhuma delas poderia ser considerada suficientemente estrutural, na perspectiva do que se pretende fazer aqui. Por abordagem estrutural da natureza da política argentina, não se deve entender aqui uma referência metafísica, mas sociológica, muito próxima do sentido que Elias (1980) dá aos habitus, os quais estabelecem fronteiras invisíveis aos atores, os limites dentro dos quais os indivíduos e os grupos podem optar e desenvolver sua ação. Os habitus escapam de qualquer contaminação metafísica porque não estabelecem fronteiras fixas, mas fluidas, sujeitas às contingências históricas. Portanto, os habitus evoluem e se transformam, mas isto acontece fora do cálculo dos atores.

se pautam, a rigor, dentro de um grande ciclo de desacumulação. Neste contexto, parece oportuno pesquisar um pouco a natureza da política argentina como fonte estrutural do comportamento de seus principais atores. O problema argentino tem um lado “patológico” que habitualmente o analista acaba ignorando. Talvez por isso seja raro encontrar um trabalho que, procurando explicar as crises da economia ou a política, não acabe indicando também a saída do labirinto para as coisas voltarem ao “normal”. Não é essa a intenção deste trabalho. Em outras palavras, vai interessar aqui pensar o labirinto, não a saída.

2. Perspectiva histórica geral

Não se pode compreender a história argentina dos últimos 60 anos fora do contexto da história pregressa do país. O presente está inserido num ciclo de decadência que segue um ciclo de nove décadas de notável progresso econômico, político, social e cultural. O primeiro dado forte da história Argentina é precisamente este. Trata-se de uma história composta de vários ciclos com características quase simetricamente antagônicas. Décadas atrás, o observador podia manifestar dúvidas com relação à existência desses ciclos, na medida em que podia se pensar ainda que a Argentina tivesse feito simplesmente uma pausa no processo de evolução anterior. A densidade e a longa duração do atual ciclo de decadência não mais autorizam a manter essas dúvidas.

Como país independente da Coroa da Espanha, a Argentina construiu sua história ao longo de três grandes ciclos: um primeiro, de 1810 até 1852; um segundo, de 1852 até 1943; e um terceiro, de 1943 até hoje (LAGOS, 2003). Não interessa discutir aqui o papel dos ciclos na história, mas chamar a atenção para sua centralidade no caso argentino⁴. Nas primeiras quatro décadas de sua história, a Argentina teve um desenvolvimento político e social muito pobre.

4 Para reforçar o argumento da importância dos ciclos no caso argentino, é sugestivo fazer a comparação com o caso brasileiro, onde praticamente não existem grandes rupturas no seu processo histórico evolutivo. Para uma comparação exaustiva da história do Brasil e da Argentina, ver: Fausto e Devoto (2004).

Essa tendência se inverteu totalmente nas seguintes nove décadas, quando o país atinge um progresso notável (de acordo com o padrão internacional da época). Do mesmo modo, nas últimas seis décadas, quando comparadas com as do ciclo anterior, o padrão voltou a se inverter, e o retrocesso tornou-se evidente. Certamente, é muito mais fácil explicar um país com história linear do que cíclica. Por isto, encontrar explicações consensuais para os avanços e retrocessos tão marcados da história argentina continua se apresentando como um quebra-cabeça para os cientistas políticos. Porém, como na “carta roubada” do famoso conto de Edgar Allan Poe, as chaves para o deciframento podem estar à vista de todos.

Com relação ao primeiro ciclo, apesar de algumas tentativas iniciais de fundar instituições republicanas, não cabe dúvida de que a autocracia populista e xenófoba de Rosas e outros caudilhos colocou o país fora da história do mundo progressista e desenvolvido da época. Derrotado Rosas, a partir da metade do século XIX, a Argentina se dedicou a construir instituições capazes de garantir os princípios básicos do republicanismo. Naturalmente, esse foi um processo com muitas contradições e alguns retrocessos, mas ao longo de nove décadas as instituições nunca perderam o rumo principal. De acordo com Lagos (2003), alguns exemplos relevantes disto são que o país sempre manteve: a limitação do Estado para interferir na economia; o crédito da Nação; marcos jurídicos favoráveis ao cumprimento dos contratos e a abertura da economia; a divisão de poderes; a independência do Poder Judicial; a rotação dos titulares do governo (nenhum presidente tratou de se perpetuar no governo mais do que os seis anos que a Constituição estabelecia); um forte vínculo com os fluxos comerciais, migratórios e de idéias do mundo desenvolvido.

A partir dos anos 40 do século XX, a frustração republicana das primeiras quatro décadas da vida política da Argentina foi repetida. Os acontecimentos foram ao encontro do anacronismo institucional da época de Rosas (o qual foi profusamente explicitado pelos autores “revisonistas” da época, que identificavam Rosas com Perón). A Argentina voltaria a ser populista e nacionalista, desconstruindo as instituições da República. A Argentina se tornaria estatista, impulsionando a inflação monetária e o fechamento da economia. Em 1947, houve a primeira destituição maciça de membros da Corte

Suprema feita por um governo da República, fato que, infelizmente, se tornaria um hábito para muitos dos governos seguintes. Do mesmo modo, Perón reformou em 1949 a Constituição, para permitir sua reeleição, tornando as práticas pró-reeleição também uma tradição até hoje. Neste ciclo, os regimes militares não foram escassos (aliás, o triunfo de Perón nas eleições de 1946 teria sido impossível sem o golpe militar de 1943). Mas os governos eleitos democraticamente nas últimas duas décadas não atentaram em muito menor grau contra o espírito republicano. Foi o governo de Cámpora que decretou uma anistia total e irrestrita, que incluiu na sua lista muitos condenados com devido processo por juízes impecáveis do ponto de vista republicano. Foi o governo de Perón e Isabel Perón (que seguiu o de Cámpora) que primeiro organizou a repressão ilegal da guerrilha. Foi o governo de Alfonsín que tentou reformar a Constituição para permitir que houvesse reeleição. Foi o governo de Menem que alterou o número de membros da Corte Suprema em seu favor e reformou a Constituição para poder ser reeleito. Foram também governos eleitos (Menem e De la Rúa) que elevaram o gasto, e a dívida pública nacional e provincial até níveis insustentáveis (no caso de Menem, com a intenção de favorecer uma terceira reeleição). Também não foram governos militares os que tornaram inevitável o recente *default* da dívida pública, levando o país a ser quase um pária internacional (igualando, em termos de descrédito, a “proeza” alcançada vinte anos atrás por um governo militar com a Guerra das Malvinas/Falklands).

3. Perspectiva histórica do ciclo atual

Nas últimas seis décadas, a Argentina passou por uma vertiginosa sucessão de episódios traumáticos de todo tipo, que são um claro indicador do estado errático e anômalo das preferências políticas de seus cidadãos, assim como da centralidade do fenômeno peronista ao longo do período. O ciclo atual começou em 1943 com um golpe de militares nacionalistas pró-fascistas, que criaria condições para a ascensão de Perón ao governo em 1946, através de uma eleição que dividiu aos argentinos em duas fatias, uma peronista e a outra antiperonista. Cesura cuja intensidade nunca

tinha sido alcançada por nenhuma outra do ciclo liberal anterior (tendo como antecedente apenas a divisão de unitários e federais no primeiro ciclo de vida do país). A instauração de um regime de intenções fascistas e profundamente anti-americano se concluiu em 1955 por meio de um golpe militar, que derivou numa longa guerra civil realizada entre peronistas e antiperonistas. Depois de uma sucessão de regimes militares e democráticos intercalados, Perón voltou ao governo em 1973, ajudado de forma significativa pela ação de grupos guerrilheiros peronistas de grande popularidade entre as massas (e de claras intenções totalitárias, só que desta vez inspiradas no extremo oposto do arco ideológico, com relação à geração dos anos 50). Após um breve intervalo “democrático” cheio de acontecimentos dramáticos (incremento da ação terrorista dos grupos revolucionários, repressão também terrorista por parte do Estado, morte de Perón e posse de sua incompetente viúva, hiper-inflação, etc.), em 1976 os militares voltaram ao governo, implantando no país um regime de claro viés totalitário, porém de inspiração econômica liberal. Regime que seria responsável por uma repressão terrorista com dezenas de milhares de mortos e desaparecidos (que se somariam às centenas de mortos produzidos pela guerrilha) e também por uma guerra contra a Grã-Bretanha pela posse das Ilhas Falkland/Malvinas (que obteve um rápido e amplo apoio popular e novamente levou à morte milhares de argentinos).

Esse horripilante cenário pareceu encontrar algum sossego com a chegada de Alfonsín ao governo, em 1983, traduzido numa clara política a favor dos direitos humanos, que permitiu julgar e condenar as cúpulas da ditadura militar que o precedeu. Após os argentinos terem vivenciado a intencionalidade do corporativismo fascista, com o peronismo da geração dos anos 50, e a intencionalidade do terrorismo revolucionário, com o peronismo da geração dos anos 70, o triunfo do candidato do Partido Radical parecia anunciar que, finalmente, os ciclos de “eterno retorno” do peronismo tinham chegado a seu fim. No entanto, nos anos 90, aproveitando-se da oportunidade gerada pela crise econômica e a hiper-inflação, o peronismo seria reinventado mais uma vez. Contudo, agora ele voltaria com uma intencionalidade inesperada, demonstrando assim que o peronismo pode ter todos os rumos e nenhum. Em ciclos que se

renovam e repetem, acompanhando praticamente o passo das gerações, o peronismo demonstrou ter uma capacidade equivalente para se colocar no centro do cenário político, assim como para degradar as instituições da República. O que quer dizer, em outras palavras, que essa cíclica reinvenção do peronismo será feita em todos os casos como radicalidade instrumental, levando até o limite algum dos imperativos disponíveis pelo espírito de época sem qualquer preocupação com a coerência dos princípios de sua própria história. Essas mudanças cíclicas em sua intencionalidade não destroem o peronismo, muito pelo contrário, porque seu dado essencial reside na sua capacidade de movimento, não importa para onde ele possa ir. É precisamente na radicalidade da opção e não na própria opção que o peronismo se revigora como movimento.

Com a forte opção de Menem pelo liberalismo econômico e sua política de “relações carnavais” com os Estados Unidos, o peronismo entrou nos anos 90 nas antípodas de suas experiências anteriores e, mais uma vez, conseguiu marcar um novo rumo à política do país. Apesar de que, em 1999, o peronismo perdeu a eleição para De la Rúa (candidato do Partido Radical, em aliança com um setor dissidente do peronismo), este governo seguiu a risca os pressupostos macroeconômicos desenhados pelo ministro Cavallo, durante o período de Menem (chegando ao ponto de torná-lo seu “primeiro ministro” nos últimos meses de governo). Mas a recessão que acompanhou os últimos anos do governo Menem continuou também na gestão De la Rúa, a qual derivou em caos social, saída forçada da convertibilidade e moratória. De la Rúa renunciou em 2001, e depois de um breve interregno de presidentes peronistas escolhidos pelo Parlamento, houve uma eleição na qual a maioria do povo votou contra Menem. Com escassos pouco mais que 1/5 dos votos (já que Menem se retirou da disputa do segundo turno), Kirchner assumiu a Presidência em 2003. O espírito do peronismo dos anos 70 (que, obviamente, não era neoliberal nem pró-estadunidense) parecia ter retornado junto com ele. Porém, apesar de sua retórica esquerdista, a política de Kirchner e de Lavagna (seu ministro de economia) não parece estar abandonando a opção macroeconômica pelo centro feita por Menem. Kirchner ainda é um governo de transição, que por enquanto mistura de forma caótica,

ainda que criativa, as heranças peronistas dos ciclos anteriores, mas seria prematuro anunciar que ele inaugura um novo ciclo. Algo para levar em conta na hora de pensar o presente da Argentina é que o peronismo já não tem mais linha de fuga para a “frente” (já inventou tudo o que era possível num país como Argentina, à esquerda, ao centro e à direita do espectro ideológico). Assim sendo, o peronismo não teria mais como se diferenciar de seu próprio passado. O que também quer dizer que, na Argentina de hoje, a distância entre peronistas e anti-peronistas se encurtou a sua mínima expressão. De certa forma, todos são peronistas, inclusive os antiperonistas agem como peronistas.⁵

4. O conceito de movimento

Este trabalho possui três pressupostos teórico-metodológicos. O primeiro (já explicitado) é que a história argentina se desenvolve através de ciclos antagônicos de longa duração. Os outros dois pressupostos se referem aos fatores que estruturam esses ciclos (especialmente os dois últimos), marcando tanto os pontos de ruptura como de continuidade entre eles. Um pressuposto central é que a Argentina, no ciclo histórico de 1852 até 1942, teve um desenvolvimento de tipo evolutivo com relação ao processo de acumulação capitalista e à construção das instituições do Estado, invertendo essa tendência no ciclo seguinte (e atual).

À diferença de muitos outros países latino-americanos, que nunca conseguiram encontrar tempo e sabedoria suficientes para assentar as bases de um Estado moderno, parte da desgraça da Argentina hoje reside no fato (paradoxal) de que, sim, soube fazer isso no passado. A frustração da Argentina hoje é proporcional à sua felicidade no passado. O terceiro pressuposto teórico deriva daqui. Considerando que o ressentimento de raiz indígena está ausente na Argentina (país escassamente povoado na época da colonização

5 Pode ser útil observar ao leitor que o fato de o peronismo cobrir os últimos 60 anos da história argentina faz com que, praticamente, não exista hoje nenhum argentino que tenha conhecido na sua vida adulta uma Argentina livre da marca do peronismo!

e marginal das culturas andinas mais avançadas), pode-se concluir que o elevado grau de ressentimento que marca a política no último ciclo é fruto, precisamente, de uma dinâmica política que sacrificou suas instituições em nome do “movimento”. No melhor sentido da palavra, trata-se de um ressentimento “civilizatório”⁶.

O peronismo se estrutura historicamente a partir da idéia de movimento. Giorgio Agamben (2005) comenta que o termo movimento tem uma longa e insistente história política e social, porém trata-se de um termo que todos acham que entendem, mas que não definem. Embora o conceito de movimento nas ciências e na Filosofia tenha uma longa tradição, adquiriu na política um significado técnico relevante apenas no século XIX (um dos primeiros aparecimentos ocorreu na Revolução de 1830 na França, na qual os defensores da mudança se denominavam “partido do movimento” (*mouvement*), e os seus adversários, “partido da ordem”). Agamben lembra que Lorenz von Stein (um autor que influenciou tanto Marx quanto Carl Schmitt) pensa o movimento em contraposição dialética à noção de Estado. O Estado é o elemento estático, legal, enquanto o movimento é a expressão das forças dinâmicas da sociedade. Dessa forma, o movimento é sempre um movimento em antagonismo com o Estado e expressa o primado dinâmico da sociedade sobre as instituições jurídicas e estatais. Outras indicações interessantes sobre a história dos movimentos podem ser encontradas no livro de Hannah Arendt (1973) sobre o totalitarismo. Arendt mostra

6 A comparação da Argentina com o Brasil é paradigmática. Compare o leitor, por exemplo, os eventos e resultados das fases populistas e das ditaduras militares, relativamente comuns a ambos os países (a ida ao livro de Fausto e Devoto (2004) é novamente exigida). O balanço da dinâmica evolutiva de cada país mostra, sem sombra de dúvida, a menor importância dos pontos de ruptura institucional e jurídica no Brasil. Na Argentina, esses cortes são sempre muito mais brutais que no Brasil. Uma prova fácil desta afirmação se obtém ao observar as implicações das guerras em um e outro país. Neste sentido, se verifica que a Argentina mudou radicalmente o eixo de suas alianças internacionais na Segunda Guerra Mundial, e o Brasil as reafirmou; que a Argentina construiu um Estado quase totalitário para enfrentar o terrorismo dos anos 60 e 70, enquanto no Brasil essa guerra afetou apenas setores reduzidos das Forças Armadas e do próprio Estado; e, por último, a Argentina iniciou uma guerra impensável para as elites brasileiras (a das Malvinas/Falklands), ao escolher como inimigo uma das maiores democracias ocidentais modernas!

que, por volta da Primeira Guerra Mundial, imediatamente antes e imediatamente depois, os movimentos adquiriram na Europa um desenvolvimento extraordinário em contraposição estratégica aos partidos. Assistiu-se, então, a uma verdadeira explosão dos movimentos, sendo usado este termo tanto pela direita quanto pela esquerda (fascismo e nazismo se autodefinem como movimentos, e só secundariamente como partidos).

Segundo Agamben, o único que tentou definir no âmbito político e também jurídico este termo foi Carl Schmitt, num ensaio de 1933 intitulado “Estado, movimento, povo”. Segundo Schmitt, a política do Reich nazista se fundava sobre três elementos: Estado, movimento e povo. Por conseguinte, a articulação do Reich nazista era resultado da articulação e da distinção desses três elementos. O primeiro elemento é o Estado, definido como a parte política estática. O povo era o elemento não político, que cresce sob a proteção do movimento. O movimento, por sua vez, era o verdadeiro elemento político dinâmico, que tomava forma específica a partir de sua condução. Para Schmitt, o *Führer* era a personificação do movimento.

Segundo Agamben, uma consequência extremamente relevante da análise de Schmitt é que o primado da noção de movimento se dá em função da neutralização do povo. Portanto, o movimento torna-se o conceito político decisivo quando o conceito democrático de povo, como corpo político, já está ultrapassado. De certa forma, se poderia dizer que a democracia começa a decair quando nascem os movimentos. Em sentido substancial, não existem movimentos democráticos, entendendo aqui por democracia aquela tradição que vê no povo, como agregado de indivíduos com capacidade para agir em conjunto através de suas instituições, o seu elemento político constitutivo. O pressuposto de que os movimentos estabelecem o fim do conceito de povo como corpo político é compartilhado tanto pela tradição revolucionária da esquerda quanto pelo fascismo e o nazismo. Os movimentos nascem da “certeza” de que o conceito democrático de povo como sujeito político é algo ultrapassado.

A história do século XX demonstrou na Alemanha de Hitler e na Rússia de Lênin e Stalin que a supressão movimentista da demo-

cracia não é um fato de poucas conseqüências. No entanto, pouco se fez no campo da ciência política para compreender o papel histórico dos movimentos na sua relação com a democracia. Neste sentido, parece mais que razoável pesquisar a hipótese de que eles contaminam e degradam as instituições da democracia até exauri-las e, no limite, se não houver suficiente reação dos anticorpos, levam a sociedade para o autoritarismo, totalitarismo ou simplesmente o caos. De certa forma, eles são a outra cara do processo civilizatório que levou à construção das democracias modernas ocidentais. O arco que cobre o conceito de movimento, a rigor, vai do fundamentalismo islâmico até organizações “acima de qualquer suspeita”, como as ambientalistas ou feministas, passando pelos vários populismos latino-americanos, com suas cesuras entre ricos e pobres, entre elites e massa, entre índios e brancos, etc. Obviamente, não se pretende comparar a dialética perversa do nazismo ou do comunismo com a dialética do ambientalismo ou do feminismo, na qual aparecem elementos virtuosos, que vinculam esses atores aos processos de reconhecimento e inclusão social. Porém, sem negar esta condição de algumas práticas dos movimentos sociais, pode ser afirmado sem sombra de dúvidas que ela nunca é exclusiva.

5. A questão do ressentimento

A questão do movimento leva à do ressentimento. Numa sucinta equação, poderia ser afirmado que: quanto maior o movimento, maior a cesura e, em conseqüência, maior o ressentimento dos cidadãos e menor a capacidade das instituições do Estado. A dificuldade para entender o sentido do movimento reaparece plenamente quando se trata de entender as causas do ressentimento e sua complexa dialética com o Estado. As freqüentes queixas contra o Estado nos países periféricos se baseiam, em parte, na ignorância sobre as potencialidades civilizatórias das instituições democrático-liberais, mas poucas vezes se percebe que as queixas são canalizadas com freqüência pelos próprios responsáveis do dano. Em seu livro **Para a genealogia da moral**, Nietzsche (1978) introduz de forma consistente elementos para explicar a vida social a partir de uma

análise dos sentimentos⁷. Em princípio, Nietzsche se ocupa com o ódio e o conjunto de seus derivados (ciúme, vingança, inveja, etc.). Mas não é qualquer ódio que lhe interessa, mas o ódio próprio dos seres inferiores que é transformado em ressentimento através de uma sugestiva operação, primeiro de negação, e depois de transformação num valor “positivo”. Na literatura posterior a Nietzsche, o conceito de ressentimento se amplia, adotando uma maior diversidade de enfoques. Enquanto para Nietzsche a decadência do Ocidente está baseada no crescimento do ressentimento dos fracos e dos vencidos, que germina e circula por vários movimentos, para Norbert Elias (1997) o ressentimento se vincula também a outras civilizações e a setores sociais dominantes. Mas o comum entre todos os casos é que o ator se declara sempre vítima, sem assumir qualquer responsabilidade. O ressentimento, eventualmente, pode ser sintoma de um problema do qual a vítima é completamente inocente. Mas não parece ser necessário ter que demonstrar que a análise da própria responsabilidade é o que deveria vir sempre em primeiro lugar. A defesa incondicional das vítimas (seja para fazer a revolução socialista ou a reforma agrária) carrega sempre ressentimento. Ressentimento que vai cortando e esfacelando o bolo da sociedade em pedaços “bons” e “maus”, desculpando os primeiros e culpando os segundos. Assim, muitos movimentos da sociedade contemporânea vivem no limbo dos paradoxos: quanto mais afirmam defender a democracia, maior pode ser o quantum de ressentimento que introduzem no tecido social e, em consequência, menor a capacidade da sociedade para construir mecanismos de Estado com validade universal. Quando a ação do movimento começa a dividir a sociedade e a gerar frustrações, ressentimentos e desejos de vingança, independentemente dos méritos de seus objetivos, essa ação se torna incompatível com a ambição democrática de que os membros de uma sociedade possam agir em concerto para enfrentar seus problemas. Em algum momento, a luta política exige uma escolha entre os vários argumentos colocados em jogo, mas essa escolha precisa da existência de uma comunidade política com capacidade para perdoar (faculdade oposta ao ressentimento e

7 Seguem-se aqui os argumentos elaborados em: Leis (2002).

á vingança⁸), para que as decisões tomadas recebam legitimidade e possam realmente ter alguma expectativa de sucesso.

O ressentimento opera de forma relativamente inversa ao reconhecimento⁹. Sucesso e fracasso, reconhecimento e ressentimento são processos elementares da vida social que abrangem todas as esferas numa complexa dialética. Os caminhos que possibilitam uma ou outra experiência variam segundo as circunstâncias, os indivíduos e as culturas. Mas tanto uma como outra são constitutivas da condição humana. Embora o reconhecimento e o ressentimento surjam no mesmo contexto social, o peso de cada um na dinâmica global de cada sociedade é diferente. Uma sociedade que produz mais reconhecimento que ressentimento garante seu progresso, assim como, no caso contrário se condena à decadência. Apesar de sua “intimidade”, a literatura trata geralmente esses aspectos por separado. Não resulta difícil mostrar qual é o resultado histórico do populismo de América Latina, em termos de produção de reconhecimento e ressentimento. Independentemente das intenções, as estratégias populistas destinadas a mobilizar vontades através de promessas tão utópicas quanto paternalistas projetaram fortemente o ódio em todas as direções do tecido social e político, incentivando velhos ressentimentos e criando outros novos (criando assim um círculo vicioso de substituição de reconhecimento por ressentimento)¹⁰.

Falando do caso da Alemanha, Elias destaca que alguns países parecem se predispor mais que outros ao ressentimento (ELIAS, 1997; ver também: HAROCHE, 2001). Como se estivesse falando da Argentina, Elias comenta que uma sociedade onde se passa de um

8 Hannah Arendt nos lembra, em *A condição humana*, que o perdão (forgiveness) é o oposto exato da vingança (ARENDT, 1959).

9 Esquemáticamente, o reconhecimento é entendido aqui como a satisfação individual ou grupal com a própria identidade e desempenho nas diversas esferas da existência, acompanhada pela aprovação do grupo social no qual se está imerso. Para um desenvolvimento conceitual maior, ver: Honneth (1996).

10 Neste sentido, é bom lembrar que as estratégias conservadoras (que nunca deveriam ser confundidas com as de direita), pelo contrário, se apresentam como forças moderadoras dos efeitos do ressentimento sobre a sociedade, seja através do maior reconhecimento das desigualdades e das diferenças, seja através de uma mais firme defesa da continuidade jurídica das instituições.

extremo a outro muito rapidamente, onde os indivíduos oscilam entre humilhações e grandezas exageradas, vivendo à sombra de um passado glorioso com um sentimento de seu próprio valor que ninguém no mundo parece querer reconhecer, está exposta ao ressentimento¹¹. Segundo ele, o processo de ressentimento se desenvolve a partir de uma frustração que exige em todos os casos a diminuição ou o esmagamento do valor do indivíduo. Esta questão é central, já que permitirá a Elias convergir com Nietzsche num aspecto fundamental da análise do fenômeno do ressentimento. As diferenças sobre a direção do ressentimento (para cima ou para baixo da escala social) se apresentam como secundárias em relação à mistificação do coletivo que opera o movimento. Não são sentimentos individuais, mas coletivos, os que se tornam fontes da patologia do ressentimento. Ou melhor, são emoções e sentimentos associados a uma memória coletiva os que hoje engrandecem o ego individual e amanhã o frustram. Não é o idealismo individual o que está na base do ressentimento, mas um movimento associado a uma utopia ou crença no destino grandioso de uma nação. Em outras palavras, por trás do ressentimento, se situa sempre uma memória mítica de fatos, valores e sofrimentos, que é imposta aos indivíduos como verdade.

O ressentimento registra um tempo penoso que não pode ser superado nem esquecido (DELEUZE, 1971). Que o homem do ressentimento seja um ruminante da memória traz enormes consequências no campo das Ciências Sociais. Nas últimas décadas, estas têm reivindicado o valor da memória como uma parte essencial da condição humana. Ainda que seja difícil negar valor à memória, existe uma abundante literatura que sugere que o excesso de lembranças pode aproximar mais da morte que da vida (ZAWADZKI, 2001). O congelamento de uma emoção coletiva ou, em outras palavras, a memória de um sentimento que, como sentimento, é colocado fora do escrutínio público ameaça a saúde de uma nação. O esquecimento dos sentimentos associados aos fatos históricos é tão desejável para a vida pública como seria indesejável o esquecimento dos próprios fatos. Desta perspectiva, a sensibilidade

11 Seguem-se novamente aqui argumentos já elaborados em: Leis (2002).

nietzscheana a favor do esquecimento libertador não se apresenta como um preconceito apenas aristocratizante, mas como uma exigência da realidade para evitar o ressentimento.

6. A odisséia argentina_

Contrariando o saudosismo angustiado dos que culpavam o neoliberalismo pela decadência argentina, seria mais correto afirmar que foi um grande movimento o que levou à degradação das instituições do país e à ruína de sua economia. A partir do início do século XX, não foram poucas as pedras que começaram a aparecer no caminho das gerações de 1837 e de 1880 para construir um país moderno. Como já foi mencionado, a sociedade e as instituições políticas da Argentina de começos de século XX sofreram alguns problemas de percurso (em 1930, houve um golpe militar contra a segunda Presidência de Irigoyen, e setores conservadores e liberais ficaram no poder mais uma década através da fraude), mas a partir do golpe militar de 1943 os argentinos conseguiriam inverter o processo e desmontar aspectos essenciais do projeto de modernização liberal. O peronismo pode ser responsabilizado pela experiência mais bem-sucedida na América Latina de substituição de uma dinâmica evolutiva de orientação liberal por outra populista. Nos anos 40, na Argentina não houve apenas mais uma mudança de regime político ou a chegada ao poder de mais um ditador. Aproveitando-se dos enormes recursos econômicos e financeiros disponíveis no Estado nesse momento, o peronismo conseguiu pagar a festa da ascensão social das massas, responsabilizando as oligarquias econômicas e o imperialismo por todos os males e despreocupando-se do desenvolvimento das forças produtivas do país. Enquanto a economia se estagnava, as massas aumentavam exponencialmente seus desejos e o Estado transformava estes em direitos. Diante do posterior e inevitável colapso econômico e político desse modelo de país, tanto os peronistas como os antiperonistas seriam conduzidos na direção do ressentimento.

O ressentimento incentiva o movimento, da mesma forma que este o faz com aquele. Escapar dessa dialética viciosa é tarefa quase impossível. O peronismo foi um autêntico demiurgo do

ressentimento das classes populares contra o projeto liberal que estava construindo o país. Em nenhum outro país da América Latina aconteceu um retrocesso tão profundo como na Argentina (um país que na época contava com a maior massa de população de origem européia e com a economia mais sólida da região). O ciclo marcado pela presença do peronismo levou novamente a Argentina aos níveis de ressentimento existentes na época da guerra civil da primeira metade do século XIX. Com a agravante que o ressentimento do século XIX praticamente não destruiu nada, já que tudo estava por ser feito ainda, mas o ressentimento do século XX destroçaria uma grande obra em construção¹².

A partir do fracasso do populismo peronista nos anos 50, o ressentimento foi possuindo a sociedade argentina de forma crescente, apelando a uma memória mítica e tornando erráticos os rumos da política e do país. O drama argentino deriva do fato que, quanto maior o ressentimento, maior será a necessidade de recorrer ao movimento para superar os impasses da realidade. Olhando de fora, resulta difícil de entender como os argentinos não conseguiram ainda perceber que o movimento peronista se renova (e legítima) salvando o país (ciclicamente) dos males que ele mesmo produz

12 Existe um lugar comum nas comparações entre Argentina e Brasil: que os argentinos gostam de viver no passado, enquanto os brasileiros gostam de viver no futuro. Esta comparação sugere implicitamente que os argentinos gostam mais de lembrar que de esquecer, assim como vice-versa, que os brasileiros gostam mais de esquecer que de lembrar. Obviamente, não será uma simples comparação de fatos econômicos ou políticos que poderá explicar por que países vizinhos apresentam perspectivas tão diferentes no plano de seus sentimentos públicos. A hipótese de que os argentinos vivem mais no passado que os brasileiros supõe, entre outras coisas, que existe uma diferença importante de graus de ressentimento nos comportamentos sociais e políticos de uns e outros, assim como que esta circunstância está fortemente influenciada pelos processos de modernização liberal e o fenômeno populista em um e outro país. Não é difícil enxergar que, apesar das profundas (e tradicionalmente maiores) desigualdades sociais existentes no Brasil, a história argentina está marcada por um quantum de ressentimento muito mais alto. Paradoxo que pode ser explicado em termos de uma dinâmica brasileira de modernização liberal lenta e contínua, enquanto na Argentina a mesma dinâmica se desenvolvia muito mais rápido, sendo interrompida de forma catastrófica. A rigor, no caso brasileiro não apenas o processo de modernização foi mais moderado, mas não houve até agora uma reação populista importante à modernização liberal.

(também ciclicamente). Na solução de cada ciclo está o problema do ciclo seguinte, na medida em que, embora com signos diferentes, as soluções sempre derivam do mesmo tipo de atividade: o fortalecimento do movimento (nunca das instituições do Estado). Fora dessa dialética perversa de sucessos e fracassos, de ressentimentos e euforias, não se pode entender como o peronismo foi mudando uma e outra vez de “personalidade”, indo da direita para a esquerda, e da esquerda para o centro, identificando-se primeiro com o fascismo, depois com o socialismo e, por último, com o liberalismo. Sendo o peronismo um fenômeno presente há mais de 60 anos, não pode causar surpresa que, nas últimas décadas, o ressentimento argentino entrasse num *crescendo*, abrangendo tanto o peronismo como o conjunto da sociedade através de circunstâncias das mais variadas. Como uma prova do ressentimento que devora as entranhas do peronismo (e que este não pode atribuir a ninguém mais que a ele mesmo), estão as centenas de mortos produzidos pela extrema violência das lutas havidas entre os próprios peronistas, em particular entre seus setores da juventude-guerrilha e do sindicalismo, nos anos 60 e 70¹³. Como prova da expansão do ressentimento, inclusive para atores que deveriam ter ficado imunes por “definição”, está o caso dos movimentos pelos direitos humanos, em particular as “Madres de Plaza de Mayo”, as quais levaram pouco tempo para transformar uma demanda legítima por justiça, com relação aos desaparecidos produzidos pela ditadura, numa reivindicação da luta armada propugnada pelas vítimas (LEIS, 1989)¹⁴. Assim, em vez de

13 Massacres comparáveis, de certa forma, aos exercidos nas suas próprias fileiras pelos nazis e os comunistas, nos primeiros anos de suas respectivas chegadas ao poder.

14 Os efeitos do ressentimento sobre a memória se verificam perfeitamente no caso da guerrilha. Nos anos 70, os vários grupos guerrilheiros da Argentina mataram aproximadamente mil pessoas, entre civis e militares (membros das Forças Armadas e de segurança). Foram atentados claramente terroristas, feitos em nome de uma revolução que prometia, certamente, um número bem maior de mortos, caso ela tivesse triunfado. Um dado interessante aqui é que o maior número de atentados da guerrilha não aconteceu durante a ditadura militar, na qual surgiram os grupos guerrilheiros, mas após seu fim. Isto é, o auge do terrorismo aconteceu nos anos de 1973 a 1976, durante o exercício do governo eleito pelo voto popular, em eleições claramente democráticas. Nos escassos três anos de governo democrático, a guerrilha matou mais pessoas que na

um esquecimento reconciliador por culpas políticas compartilhadas (embora com diferentes graus de responsabilidade criminal nos participantes de um e outro lado), as “Madres” ofereceram uma memória mítica produtora de novos ressentimentos. Já nos anos 80, a Guerra das Malvinas/Falklands também recebeu uma memória mítica. Ainda quando quem provocou a guerra foi a mesma ditadura que tinha assassinado milhares de argentinos, o povo embarcou rapidamente junto com os militares numa nova aventura cheia de ressentimento em defesa de um território irredento e desolado, que deixaria em pouco tempo uma longa lista de mortos e acrescentaria uma outra data na odisséia argentina.

* * *

Em recente livro, Carlos Escudé (2005) fala da Argentina atual como um “Estado parasitário”, comparando sua situação com a dos países que a literatura costuma chamar de Estados delinquentes ou falidos. Segundo o autor, as instituições do país se degradaram a tal ponto, que se legitima a violação sistemática da lei por parte das organizações de protesto, também chamadas *piqueteros*.¹⁵ Escudé

ditadura militar precedente e na que viria depois, em 1976. Fica claro assim que a guerrilha argentina, mais que atacar o regime militar, atacava o próprio Estado argentino. Mas qual é hoje a percepção do senso comum? Foi quase esquecida a intenção revolucionária dos grupos guerrilheiros, foram quase esquecidas as vítimas produzidas por eles e as circunstâncias de suas mortes, e são apenas lembradas as vítimas da ditadura militar que veio em 1976 (a qual, por outra parte, apenas continuou o que já tinha se começado a fazer durante o governo anterior de Perón e Isabel Perón, eleito democraticamente). Obviamente, não se pretende aqui comparar ou nivelar o comportamento dos grupos guerrilheiros com o das Forças Armadas, as quais caminharam numa direção espantosamente totalitária, colocando em evidência o fracasso de suas instituições. Mas o que o senso comum colonizado pelo movimentismo não percebe é que, sem a ação do terrorismo contra as instituições republicanas, teria sido impensável uma resposta como a que aconteceu por parte das Forças Armadas de Argentina.

- 15 Os *piqueteros* são movimentos de protesto, cujos antecedentes remontam aos saques de supermercados e restaurantes populares de 1989, no último ano do Governo Alfonsín, mas que se expandiram na segunda metade dos anos 90, durante o Governo Menem e alcançaram seu apogeu a partir da crise desatada no Governo De la Rúa. De certa forma, os *piqueteros* são o alter ego da virada para o liberalismo de Menem (da mesma forma que a Juventude Peronista e os Montoneros foram, para a geração anterior, o alter ego da virada socialista de Perón nos anos 70).

define o parasitismo da Argentina pelo fato de ser um país que, embora possuindo enormes recursos naturais per capita, submerge a maioria de sua população na miséria e vive às custas do resto do mundo. Uma afirmação de Escudé sobre a condição anômala da Argentina reside no fato irrefutável de que, se todos os países agissem da mesma forma, não existiria a ordem financeira global. O dado mais recente desta condição parasitária foi a espoliação de 450.000 pequenos poupadores italianos e 350.000 japoneses, a propósito da negociação da dívida pública. Escudé dá elementos para pensar o parasitismo argentino numa perspectiva bem ampla. Ele lembra, por exemplo, que nas últimas três décadas o Estado recorreu, em tempos de crise, a medidas inconstitucionais para fazer transferências maciças de renda dos mais pobres para os mais ricos, a fim de estabilizar a economia e salvar empresas. Um dado interessante é que essa redistribuição negativa aconteceu em 1975, 1982, 1985, 1989, 2001–02 e agora em 2005; isto é, ela aconteceu tanto com os regimes militares como com os governos democráticos. O suposto caráter antipopular no plano econômico, que o senso comum argentino atribui às ditaduras militares em contraposição às democracias, não se ajusta à verdade.

Escudé observa corretamente que esses ciclos de esvaziamento da poupança interna estão diretamente subordinados ao caráter corrupto e degradado do Estado. Por isso esses mecanismos operam uma e outra vez, independentemente do regime de que se trate. Assim, a “pesificação” assimétrica do ministro Lavagna, que possibilitou a saída da convertibilidade, produziu uma transferência de renda para “cima” com resultados muito semelhantes à estatização da dívida privada realizada por Cavallo, quando era funcionário do regime militar (medida esta que, por sua vez, foi continuada e completada pelo governo Alfonsín). Menem fez algo bastante parecido no começo de sua gestão, congelando depósitos de prazo fixo para dar solvência ao Estado (Isabel Perón, embora de forma diferente, também tinha produzido resultados semelhantes).

Mas a corrupção do Estado argentino não é apenas econômica. A democracia não trouxe nos anos 80 e 90 nenhuma mudança substantiva no papel do Estado na área de segurança. Os ataques terroristas (até agora impunes) contra a Embaixada de Israel (1992) e

a Associação de Ajuda Mútua da Comunidade Israelita em Argentina – AMIA (1994), os quais deixaram mais de uma centena de mortos, contaram com uma clara cumplicidade por parte do Estado. Não apenas os efetivos da Polícia Federal que cuidavam esses locais foram retirados pouco antes das explosões (dando com isso um sinal claro do conhecimento prévio dos atentados, por parte das autoridades), mas depois destas também houve esforços visíveis e reiterados por parte do governo Menem (que continuaram na gestão de De la Rúa e, de certa forma, também na de Duhalde) para dificultar e/ou destruir provas, chegando inclusive a afastar funcionários que pretenderam levar a sério as investigações¹⁶. Durante o governo Menem, também aconteceu um fato extremamente aberrante, do ponto de vista do Estado de Direito, envolvendo as Forças Armadas e o próprio presidente. Através de decretos assinados nos anos 1991 e 1995, o governo Menem autorizou a venda de armas ao Panamá e à Venezuela, mas que foram enviadas para a Croácia e o Equador, países que sofriam embargo por estarem em guerra. Assim, por exemplo, as 75 toneladas de fuzis e munições que foram levadas pelas Forças Armadas Argentinas para o Equador aterrissaram nesse país em momentos em que ele tinha enfrentamentos com o Peru (com o agravante, neste caso, que a Argentina era um dos países que arbitravam o conflito). Como se isto fosse pouco, com a intenção de deixar mais em evidência o caráter delitivo do Estado argentino, em 1995 explodiu “acidentalmente” a fábrica das armas envolvidas nesses incidentes, impedindo assim a contabilização do estoque contrabandeado. Mais recentemente, as Forças Armadas deixaram claro que se envolviam não apenas em contrabando de armas (coisa, apesar de tudo, vinculada com seu ofício), mas também com narcóticos. No início de 2005, a cúpula da Força Aérea apareceu claramente envolvida num contrabando gigantesco de cocaína para a Europa, a partir do Aeroporto Internacional de Ezeiza (o maior do país). De fato, o Estado tinha relaxado nos últimos anos o controle

16 Escudé (2005) dá nove provas bem circunstanciadas da cumplicidade do Estado argentino com os autores desses atentados. O juiz da causa da AMIA, que deliberadamente destruiu provas vitais do atentado, foi submetido a julgamento político em 2005.

de bagagens na alfândega de Ezeiza (isso ficou provado em 2002, quando funcionários da CIA colocaram armas nas suas bagagens de mão e elas passaram sem problemas pelos *scanners* do aeroporto). Mas, neste caso, se fez muito mais do que isso, ao se liberar uma área da alfândega para as bagagens da linha aérea *Southern Winds* em rota para a Europa (linha aérea que, por sua vez, mantinha uma rota “pouco lucrativa do ponto de vista comercial” com Tacna, Bolívia – outro território liberado para o tráfico de drogas).

A Argentina teve nos anos 70 um dos movimentos guerrilheiros de maior importância política daquela época. A bibliografia sobre o terrorismo da época (LAQUEUR, 1979) colocava os grupos terroristas argentinos apenas detrás de seus pares palestinos e irlandeses. Os revolucionários argentinos gostariam que essa circunstância fosse explicada pela maior consciência revolucionária existente no país! Mas isso está longe da verdade, o crescimento exagerado do terrorismo nos anos 70 se deu mais em função do ressentimento que da consciência. O mesmo aconteceu nos anos 90 com o fenômeno *piquetero*. Comparando com a desigualdade social de outros países da América Latina, se os fenômenos emergentes na Argentina fossem proporcionais ao tamanho e às características de seus problemas sociais (tal como os marxistas ortodoxos gostariam que fosse), a Argentina deveria ter tido grupos menores de guerrilheiros, assim como deveria ter agora menos grupos de protesto social. Embora os *piqueteros* estejam infiltrados por militantes revolucionários, sindicalistas e delinquentes, como grupo, eles não são nenhuma dessas coisas. Simplesmente, são uma massa de desempregados que recebem assistência do Estado de forma quase vitalícia e que manipulam e são manipulados por lideranças políticas locais ou nacionais. Escudé (2005) os denomina como “parasitismo proletário”. Cheresky (2005) aponta que nenhuma das lideranças vindas diretamente dos *piqueteros* teve qualquer ressonância eleitoral importante. Através de suas ações, eles podem ter um forte impacto no espaço público, como outros movimentos de protesto, mas sua afinidade não se estabelece com as regras da democracia.

O analista do fenômeno *piquetero* não pode deixar passar que, como o sindicalismo nos anos 50 e a juventude peronista nos 70, os *piqueteros* nos anos 90 tinham legitimidade de origem. O dado importante aqui é que todos esses movimentos rapidamente se degradaram, perdendo seu sentido original. Em todos os casos, eles nasceram reivindicando reconhecimento e cidadania, que se transformaram rapidamente em demandas de movimento. Os sindicalistas nasceram das demandas por organização da classe trabalhadora, num contexto de manipulação por parte de Perón, e passaram tempos depois a ser grandes manipuladores dos recursos do Estado. Da mesma forma, os militantes da juventude peronista nasceram da proscricção dos direitos políticos do peronismo, também foram manipulados por Perón e depois passaram a fortalecer sua opção revolucionária com recursos do Estado (no governo Cámpora, foram eleitos muitos governadores aliados ou subordinados à Juventude Peronista e aos Montoneros) contra as instituições do próprio Estado. Também os *piqueteros* nasceram como protesto social legítimo contra o desemprego e a hiper-inflação, passando depois a ser manipulados por lideranças peronistas e, por último, a ser manipuladores do Estado, com alto poder de barganha política. Segundo Escudé, em 2004 existiam aproximadamente 200.000 planos assistenciais individuais administrados pelas próprias associações *piqueteras*. Considerando que o Estado administra quase 2.000.000 de planos individuais, quase 10% desses planos são pagos para “*piquetear*”. Administrando esses planos, as organizações comprometem quem os recebe a formar parte do “*piquete*”, isto é, a trabalhar como *piquetero*. A Argentina é um país que “emprega” pessoas (e 200.000 não é um número baixo) para que se tornem profissionais do protesto e perturbem suas instituições! É o país dos recordes: nos anos 50, foi um dos países com mais sindicalizados per capita; nos anos 70, foi um dos países com mais guerrilheiros per capita; e agora é um dos países com mais profissionais do protesto social per capita. Apesar das notáveis diferenças existentes entre os movimentos que emergem na sombra do peronismo em seus diversos ciclos, todos eles têm em comum o fato de surgirem com certa legitimidade de origem para, posteriormente, acabar utilizando os recursos do Estado contra o próprio Estado. Desmoralizando e esgotando assim as energias da nação, desviando

a atenção dos verdadeiros problemas e impedindo a acumulação de forças políticas em torno de um projeto verdadeiramente democrático e modernizador. O saldo que deixam, após cumprir seus ciclos de vida, se mede unicamente em termos de um maior quantum de ressentimento para a sociedade em seu conjunto.

Kirchner declarou em abril de 2005 que “[...] es en la memoria de Malvinas donde se ubican valores que debemos rescatar para avanzar con la frente alta hacia la soberanía”¹⁷. Na Argentina, o tema das Ilhas Malvinas é muito mais que um símbolo, é uma indicação de como o país encara sua política externa. Por certo, os governos democráticos posteriores à ditadura militar que declarou a guerra nunca procuraram “des-malvinizar” o país. Mas Palermo (s/d) observa com propriedade que a política argentina nunca esteve tão “malvinizada” como no governo Kirchner. Durante o governo de Menem, apesar de seu realismo no campo internacional, a pretensão de recuperar as ilhas sempre esteve no primeiro plano da agenda pública. Mas o governo Kirchner se situa numa linha de confrontação com o consenso internacional quando não permite, por exemplo, que a Lan Chile faça vôos charter para as ilhas, com o propósito de obrigar aos ilhéus a voar para o território argentino. Ou quando não aceita negociar um acordo de cooperação com eles para a exploração moderada dos recursos de pesca, mas sim autoriza capturas de terceiros nas proximidades, que criam dificuldades e prejuízos aos interesses dos ilhéus (PALERMO, s/d). Em resumo, o governo Kirchner continua agindo, se não contra o direito internacional, pelo menos contra o senso comum que sugeriria como melhor “arma” desenvolver políticas generosas de aproximação com os ilhéus. Mas Kirchner não está agindo de forma extemporânea, os argentinos apóiam esse tipo de política com relação às Malvinas. O ressentimento fala também aqui mais alto que a sensatez.

Seja por oportunismo, seja por convencimento, a política externa do governo Menem se afirmou sobre bases mais pragmáti-

17 Ver a referência a esse discurso em: Palermo, s/d.

cas e realistas. Exemplos disto são: o abandono do Grupo de Países Não Alinhados; o restabelecimento de relações com a Inglaterra; a ratificação do Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina; a adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares; a desativação do Projeto Condor de fabricação de mísseis; o reconhecimento como aliado estratégico da OTAN; etc. De certa forma, o que se vê agora com o governo Kichner é a volta à “normalidade”. Perón pautou a política externa argentina numa direção anti-estadunidense e de desrespeito pelos acordos internacionais. Embora o governo Kirchner demonstrasse certa dose de pragmatismo para negociar a saída do *default*, a tendência geral de sua política externa não parece expressar uma compreensão equilibrada e realista da situação do país nas atuais circunstâncias. A política argentina com relação à ALCA parece ter ficado a reboque do Mercosul, o que sugere dificuldades para assumir um pragmatismo pró-ativo (e não apenas defensivo, como foi no caso da negociação do *default*). Mais ainda, se verifica na atual política externa o crescimento de uma linha confrontacionista e nacionalista, como ficou evidente no duro tratamento dado à crise com o Uruguai (apesar de este país estar unido com a Argentina por profundos laços históricos e diplomáticos), a propósito da instalação de fábricas de papel na fronteira com potencial poluidor para o Rio Uruguai. A perigosa aproximação com a Venezuela de Chávez se explica, em parte, pelos mesmos motivos. Por incrível que possa parecer, tanto o Brasil como a Argentina têm procurado nos últimos tempos a Venezuela como parceiro privilegiado. Um primeiro passo deste “Eixo do Sul” parece ser a formação da “Petrosur”, uma empresa petroleira constituída a partir da integração das empresas estatais desse setor em cada um dos países (Pedevesa, Petrobras e Enarsa). A novidade que isto implica (especialmente para Argentina), se entende melhor a partir do convênio assinado por Kirchner e Chávez (na reunião em Brasília dos presidentes dos países da Comunidade Sul-Americana de Nações, no final de setembro de 2005), que permite retomar a iniciativa do Estado nesse setor (e tem como horizonte possível a estatização ou re-estatização de empresas privadas). O duro tratamento dado recentemente por Kirchner às empresas que se encarregaram das antigas estatais de serviços, que são praticamente obrigadas a per-

manecer com suas tarifas quase congeladas, faz aumentar as suspeitas da possibilidade de uma virada estatizante que, obviamente, se traduz em temor e desconfiança dos investidores estrangeiros no futuro do país¹⁸. Esta virada estatizante, que traria fortes conseqüências negativas no plano da política externa, na verdade está mais determinada por condicionantes internas que externas. Amarrar a política externa às necessidades da política interna tem sido fonte inesgotável de frustrações para a Argentina, desde esse momento fundacional do ciclo peronista, quando Perón, em 1946, convocou as massas a escolher entre Braden (embaixador dos Estados Unidos na Argentina) ou ele. Como bem assinala Escudé (2005), quando a turba pode derrubar um presidente (o caso De la Rúa), o Estado fica refém da política interna. Acontecendo isto, o ressentimento das massas acaba sendo um fator condicionante da política externa, impedindo que ela se projete racionalmente sobre as necessidades de curto prazo.

* * *

Embora sendo personagens enfrentados historicamente e de gerações diferentes, Menem e Kirchner compartilham muito mais coisas do que eles talvez gostariam. Naturalmente, ambos são peronistas (embora seu background ideológico-geracional seja bastante diferente) e possuem estilos personalistas de condução política. Esta comparação deverá ser retomada mais no final, mas seja dito por enquanto que ambos tomaram posse da primeira magistratura em situações de caos econômico e social: Menem no meio de uma hiperinflação que parecia irrefreável e de saques a supermercados; Kirchner no meio de um *default*, as queixas dos que tiveram suas poupanças parcialmente confiscadas pela pesificação e as perturbações à ordem pública dos *piqueteros*. Ambos se parecem no fato de que em pouco tempo conseguiram virar a mesa e trazer novamente o otimismo à sociedade argentina. Hoje, após ter negociado a dívida pública e voltado o crescimento econômico ao país, o povo e a opi-

18 Ver declarações neste sentido de John Murphy, vice-presidente para Assuntos do Hemisfério Ocidental da Câmara de Comércio dos Estados Unidos (Jornal La Nación, 11/10/2005).

nião pública em geral começaram a apoiar Kirchner com entusiasmo (o que ficou claro na recente eleição para deputados e senadores do dia 23/10/2005). Mas será que é ouro tudo o que reluz? A lei de convertibilidade pareceu também uma ótima idéia em seu momento. Tão boa parecia que, quando a convertibilidade deixou de funcionar, os argentinos descobriram que não existia Plano B.

Scibona (2005) comenta que Kirchner não está conseguindo fazer as reformas de que o país precisa. Mais que liberar as forças do mercado, Kirchner parece querer politizar a economia. Um exemplo pequeno, porém muito ilustrativo, foi o boicote a alguns postos de gasolina da empresa petroleira Shell por parte de *piqueteros* aliados ao governo para que mudasse sua política de preços. Outro exemplo, talvez mais sintomático, se encontra no setor energético, que pode apresentar uma crise por falta de investimentos, em função do controle estatal dos preços. Mais recentemente, em 2006, Kirchner está tentando conter o aumento do preço da carne (derivado do aumento da demanda e à escassez de oferta) com duras pressões sobre os produtores. A Argentina parece querer tratar os agentes econômicos internacionais com a mesma arrogância e cinismo com que tratou os credores da dívida pública. Infelizmente, o processo de negociação da dívida ocuparia mais espaço do que o aqui disponível, mas ela não foi feita de forma honrosa nem poderá trazer vantagens para a Argentina em longo prazo. Terragno (2005) interpreta a negociação com o FMI como uma simulação, já que os argentinos passaram a acreditar que, pela primeira vez, o país enfrentava o Fundo e reduzia “soberanamente” a dívida com ele. Na realidade, a dívida da Argentina com o Fundo equivalia a 20% da dívida total, e seus encargos sempre foram pagos religiosamente. O que o senso comum não registra é que aquilo que foi reestruturado (ou confiscado no “grito”) pelo governo correspondia, em 48% aos próprios argentinos. Isto é, quando Kirchner, para a alegria da maioria dos argentinos, “amedrontava” o Fundo e os credores internacionais da tribuna, dizendo que lhes pagaria menos porque não mereciam receber mais, na verdade o Fundo continuava recebendo, e quem se prejudicavam eram os próprios argentinos.

A história argentina das últimas décadas ensinou aos homens públicos não apenas a ficarem acima das leis, mas também ensinou aos

cidadãos a desconfiarem da Justiça. Uma recente pesquisa de opinião¹⁹ realizada sobre uma extensa amostra de cidadãos e de advogados no exercício ativo de sua profissão mostra que 83% da população acreditam que a Justiça não é independente do poder político, e que 88% dos advogados acreditam o mesmo (isto é, os advogados acreditam ainda menos na Justiça que o cidadão comum). Na Argentina, as leis não apenas não se cumprem, mas, às vezes, elas são feitas para enganar aqueles que ainda acreditam nelas. Foi assim com a Lei de Intangibilidade dos Depósitos, aprovada em 2001, para convencer os poupadores (que depois seriam confiscados) que não precisavam se preocupar, nem retirar seus depósitos em dólares dos bancos, porque eles estavam garantidos por lei. Esta insegurança jurídica não foi revertida no governo Kirchner. Os exemplos disso extrapolam o campo econômico (onde pelo menos o governo teria a desculpa do argumento de força maior), invadindo campos de valor quase simbólico, guiado pela simples vontade de submeter a lei à própria vontade.

Falando pela primeira vez ante a Assembléia das Nações Unidas, Kirchner vinculou bizarramente os temas dos direitos humanos ao das Ilhas Malvinas, afirmando: “Somos hijos de las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo... Somos fervientes partidarios de la solución pacífica de las disputas internacionales”²⁰. Palermo (s/d) lembra corretamente que o tema dos direitos humanos pertence à ética da convicção. Quando se iguala um tema dessa esfera com outro pertencente à ética da responsabilidade, quem sai perdendo é o Estado de Direito. A predominância de uma lógica movimentista ficou clara na hora de Kirchner pedir ao Congresso a anulação das leis de Obediência Devida e Ponto Final, sancionadas por Alfonsín para impedir que continuassem os julgamentos dos militares. Para Kirchner, não era suficiente derrogar essas leis, tinha que anulá-las, criando assim uma violência jurídica ao fazer com que uma lei tenha efeito retroativo sobre outras, igualmente ditadas por um parlamento constitucionalmente soberano. Como no caso de Menem, quando impôs sua reeleição em 1994, a bússola de Kirchner é sua própria

19 Pesquisa solicitada pela Federação Argentina de Colégios de Advogados e realizada pelo centro de estudos do prestigiado analista Rosendo Fraga (ver os dados em: La Nación de 21/10/2005).

20 Ver a referência a esse discurso em: Palermo. (s/d).

vontade (faculdade humana que, como se sabe, não tem um norte magnético bem definido)²¹. Ninguém o pressionou a fazer essa violência jurídica, como tinha sido o caso das leis de Alfonsín, sancionadas num clima de sublevações militares. Tanto Quiroga (2005) como Palermo (s/d) chamam a atenção para o decisionismo (tal como fora definido por Carl Schmitt, 1992) que se revela no comportamento político de Kirchner. Mesmo quando poderia haver conciliação entre e a lei e a vontade, pedindo ao Congresso simplesmente a derrogação das leis de Obediência Devida e Ponto Final, Kirchner preferiu anunciar a todos que, quando quer, ele pode. Este estilo de governo não contribui para o fortalecimento das instituições, obviamente. Mas a política argentina das últimas décadas viciou os argentinos no consumo de “vontade” e “desejo”.

A tradição herdada de Perón estabelece que, mesmo na democracia, o próprio presidente é a principal fonte de poder. Essa é a essência do movimento, como já se viu antes. Neste contexto, o governo de Kirchner invade e reduz os campos de atuação do Parlamento e da Justiça, levado pela necessidade de construir sua base de poder. Em outras palavras, o decisionismo personalista adotado por Kirchner não é algo arbitrário que poderia ter sido evitado. Não! Ele é a única receita “racional” para sobreviver no deserto argentino.

* * *

“Que todos vão embora!”, foi o grito de protesto de centenas de milhares de cidadãos contra toda a classe política argentina, em dezembro de 2001, como resposta pelo confisco derivado da falência do Estado. Mas, como não se cansa de lembrar Cheresky (2001, 2005), a cidadania continua esperando sua vez. Por enquanto, os velhos políticos continuam. Os 23 governadores eleitos em 2003 eram todos políticos de longa data. A recente eleição de 23/10/2005 mostra também que a ampla maioria daqueles que se elegeram

21 O discurso de Kirchner na inauguração do Museu da Memória, no antigo campo de detenção e extermínio da Escola Mecânica da Armada – ESMA colocou também em evidência o caráter movimentista de sua vontade, ao afirmar que seu governo era o primeiro a enfrentar o tema dos direitos humanos na Argentina, negando assim a decisiva tarefa realizada pelo governo Alfonsín nessa área.

para o Senado ou a Câmara eram políticos traquejados. Exemplos paradigmáticos: o ex-presidente Menem obteve o segundo lugar na sua província, perdendo para o candidato de Kirchner, mas ainda assim se elegeu senador; o mesmo aconteceu com a mulher do ex-presidente Duhalde, que perdeu para a mulher de Kirchner, mas ambas se elegeram para o Senado da nação; etc. O que mudou foi a corrente magnética que define para onde vão os votos. Como Menem, que não demorou muito tempo em magnetizar os votos do eleitorado a seu favor, Kirchner (que chamou à eleição de plebiscito de sua gestão) fez o mesmo, passando de 22% em 2003 para o dobro em 2005. A última eleição confirma totalmente a natureza movimentista da política argentina. Kirchner fez a colheita de seus votos se declarando peronista, embora sem usar o nome do partido para apresentar seus candidatos. A sigla de sua força política se chamou Frente para a Vitória, na qual, além de peronistas, havia integrantes de outros partidos. Reciprocamente, também havia peronistas em outras agrupações. Se a força do movimento está na fraqueza dos partidos, nunca como agora o movimento esteve mais forte. Somando os votos dos dois partidos políticos históricos da Argentina, o peronista e o radical, se chega apenas a 20% dos votos nacionais. Esse dado é muito relevante, quando se considera que até 1999 esses dois partidos somavam entre eles 80% dos votos, deixando para o resto o que eles obtiveram agora. Isto significa que, mais uma vez, o movimento peronista foi reinventado. Não é o partido político que define o movimento, mas o homem.

7. Finale

A última eleição mostrou que a Argentina vive na época do kirchnerismo, como antes já tinha vivido na do menemismo. A partir de agora, o movimento terá que começar a administrar seu crescimento e também os conflitos de suas correntes internas (tal como é característico dos momentos de auge do movimento peronista). São conhecidos os planos do kirchnerismo para ficar um longo tempo no governo. Os boatos falam de o movimento chegar, pelo menos, até 2019, somando à reeleição de Kirchner mais dois governos de sua mulher. A propósito, como corresponde à tradição,

os boatos também comentam que Cristina Kirchner se situa mais à esquerda que o marido (até se fala do surgimento de uma nova corrente chamada “cristinismo”).

Embora esteja marcado pela experiência dos anos 70, o kirchnerismo não tem ainda identidade claramente definida, misturando de forma livre as várias vertentes da herança peronista. No contexto do movimento peronista, isto não é um problema, mas uma vantagem. O paradigma do discurso peronista continua sendo aquele que Sigal e Veron (1986) descreveram vinte anos atrás: algo no qual cabe tudo. Ao longo de sua vida, Perón afirmou “certezas” contraditórias sem tomar partido por nenhuma de forma definitiva. Seus melhores discípulos se mantêm fiéis a esse ensinamento. Mas uma coisa é certa, depois do liberalismo menemista, o peronismo já não tem mais linha de fuga para a frente, já inventou tudo o que era possível dentro do espectro ideológico existente na Argentina. Assim, o peronismo não tem hoje condições para se diferenciar de seu próprio passado; o que também quer dizer que a distância entre peronistas e anti-peronistas se encurtou a sua mínima expressão (de certa forma, todos são peronistas, inclusive os antiperonistas). Por enquanto, o futuro da Argentina parece ser o “eterno retorno” do movimento.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. **Movimento** (Tradução portuguesa de Assmann, S. J.), Florianópolis, 2005.
- ARENDT, H. **The human condition**. New York: Anchor Book, 1959.
- ARENDT, H. **The origins of totalitarianism**. New York: HBJ Book, 1973.
- BONVECCHI, A. **Determinismo y contingencia en las interpretaciones políticas de la crisis argentina**, s/d.
- CHERESKY, I. Hipótesis sobre la ciudadanía argentina contemporánea. In: Cheresky, I. e Pousadela, I. (Orgs.). **Política e Instituciones en las nuevas democracias latinoamericanas**. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- CHERESKY, I. **La ciudadanía y la democracia inmediata**, s/i, 2005.
- DELEUZE, G. **Nietzsche y la Filosofía**. Barcelona: Anagrama, 1971.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ELIAS, N. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ESCODÉ, C. **El Estado parasitario**. Buenos Aires: Lumiere, 2005.

FAUSTO, B. & Devoto, F. **Brasil e Argentina**. São Paulo, Ed. 34, 2004.

HAROCHE, C. Elementos para uma antropologia política do ressentimento. *In*: Bresciani, S. e Naxara, M. (Orgs.), **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Unicamp, 2001.

HONNETH, A. **The struggle for recognition**. Cambridge: MIT Press, 1996.

LAGOS, M. **Economía e Sociedad**. Trabalho apresentado na sede da FIEL, Buenos Aires, 30 de outubro de 2003.

LAQUEUR, W. **Terrorism**. Londres: Little Brown & Co, 1979.

LEIS, H. R. **El movimiento por los derechos humanos y la política argentina** (2 vol.). Buenos Aires: Centro Editor de América Latina (Serie Biblioteca Política Argentina), 1989.

LEIS, H. R. **Sobre o ressentimento (e os argentinos)**. *Novos Estudos - Cebrap*, nº. 64, 2002.

LEIS, H. R. **Repensando o Estado e a sociedade civil a partir do terrorismo**. Trabalho apresentado no II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICA INTERNACIONAL E COMPARADA: PERSPECTIVAS RECENTES, Brasília, IREL-UnB, 16-18 de março de 2005.

LEVITSKY, S. Democratic survival amidst Economic Failure, *In*: Hagopian, F. & Mainwaring, S. (Orgs.), **The third wave of democratization em América Latina: advances and setbacks**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MAINWARING, S. & Hagopian, F. Introduction: The third wave of democratization em América Latina. *In*: Hagopian, F. & Mainwaring, S. (Orgs.), **The third wave of democratization em América Latina: advances and setbacks**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

NIETZSCHE, F. W. **Para a genealogia da moral**. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1978.

PALERMO, V. (s/d) **Entre la memoria y el olvido: represión, guerra y democracia en la Argentina**, s/l.

PALERMO, V. **Problemas de gobernabilidad en la Argentina actual**. Informe de trabajo para el PNUD. Buenos Aires, agosto de 2004.

QUIROGA, H. **La Argentina en emergencia permanente**. Buenos Aires: Edhasa, 2005.

SCHMITT, C. **O conceito do político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCIBONA, N. **La política económica de Kirchner**. Trabajo presentado na sede de CADAL, Buenos Aires, 20 de mayo de 2005.

SIGAL, S. e Verón E. **Perón o muerte**. Buenos Aires: Legasa, 1986.

TERRAGNO, R. **La simulación**. Buenos Aires: Planeta, 2005.

VOEGELIN, E. **The New Science of Politics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1952.

ZAWADZKI, P. O ressentimento e a igualdade. *In*: Bresciani, S. e Naxara, M. (Orgs.), **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Unicamp, 2001.